

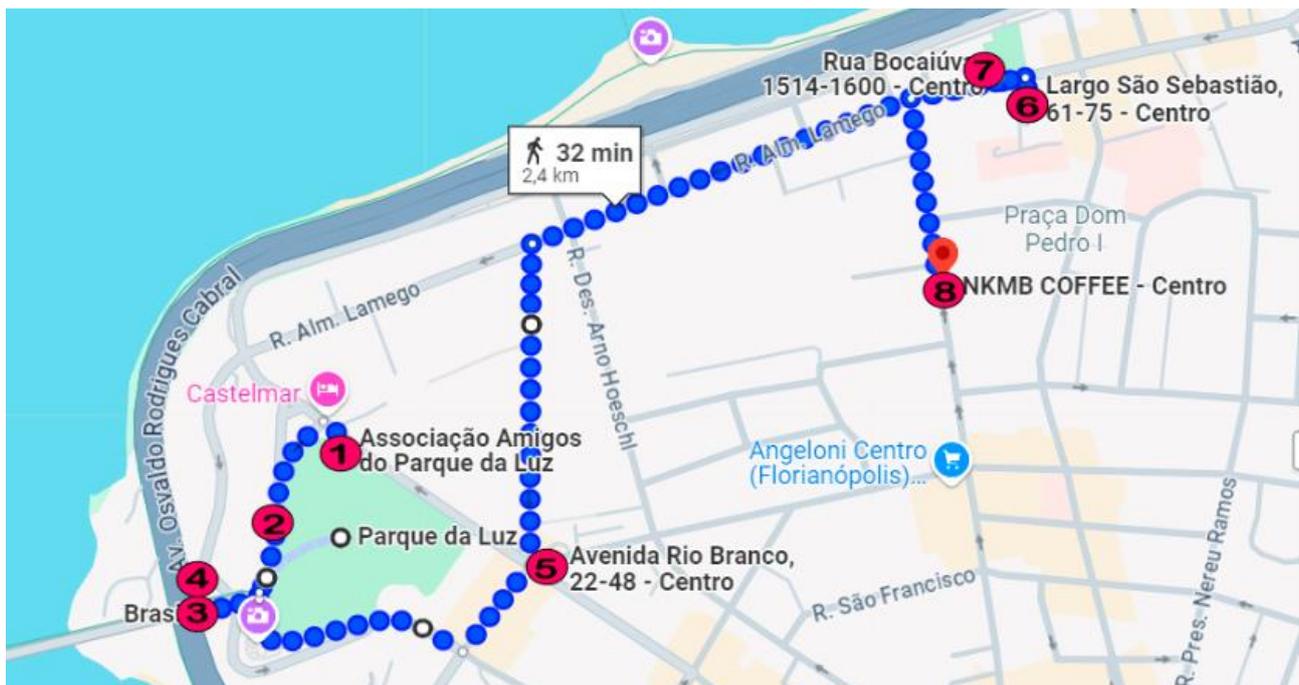
Caminhadas com a História - Saneamento urbano, higiene e saúde pública nos arredores do Parque da Luz

Pesquisa e redação: Lev Tavares¹

Supervisão, redação e revisão: Janice Gonçalves²

Roteiro da caminhada

O roteiro da caminhada “Saneamento urbano, higiene e saúde” tem como seus dois pontos iniciais a sede da Associação de Amigos do Parque da Luz (AAPLuz) e o próprio Parque da Luz. A proposta, a partir daí, é percorrer alguns pontos nos seus arredores, tomados neste roteiro como referências para abordar ações e políticas de promoção da saúde pública e de saneamento urbano, do século XVIII até o momento atual. Pretende-se provocar reflexões sobre esses aspectos da história de Florianópolis, considerando elementos materiais na paisagem urbana percebidos pelos moradores e transeuntes no ir-e-vir cotidiano, mas nem sempre conhecidos em suas trajetórias históricas de construção e usos.



1. Sede da Associação de Amigos do Parque da Luz. **2.** Parque da Luz. **3.** Ponte Hercílio Luz (cabeceira insular), para avistamento do Forte de Santana. **4.** Ponte Hercílio Luz (cabeceira insular), para avistamento da chaminé do antigo incinerador de lixo. **5.** Prédio do antigo Departamento de Saúde Pública e monumento a Oswaldo Cruz. **6.** Capela de São Sebastião e Casa de Saúde São Sebastião. **7.** “Castelinho” do antigo sistema de esgotos. **8.** Casa de Oswaldo Rodrigues Cabral.

¹ Discente da graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina e bolsista do programa de extensão “Rede SPECULA: patrimônio cultural em Santa Catarina”.

² Docente do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina; coordenadora do programa de extensão “Rede SPECULA: patrimônio cultural em Santa Catarina”.

Sobre os pontos do percurso

1. Sede da Associação de Amigos do Parque da Luz - AAPLuz (Rua Felipe Schmidt, 1243)

A atual área do Parque da Luz, como detalhado no próximo ponto da caminhada, permaneceu quase sem uso depois que, na década de 1920, foi removido o cemitério que ali havia. A ideia de que aquela área pudesse vir a ser um parque foi aventada ao menos desde a década de 1970, mas apenas na década seguinte teve início um movimento com esse objetivo específico. De acordo com a Associação dos Amigos do Parque da Luz (AAPLuz), o Movimento Parque da Luz começou em 1985, a partir de discussões informais entre amigos. No ano seguinte, o movimento foi formalmente estabelecido. Em 1997, foi fundada a Associação Amigos do Parque da Luz, com o objetivo de preservar a área verde e fomentar um sentimento de comunidade. Para isso, a associação passou a promover diversos eventos culturais na área. Em 1999, diante da ameaça iminente de construção de um grande hotel naquele local, a AAPLuz organizou uma petição que arrecadou 10 mil assinaturas em apoio à preservação do local como área de lazer para a coletividade, o que foi contemplado na Lei Complementar n. 051/99. Em 2009, o nome "Parque da Luz" foi oficialmente adotado por meio de uma nova lei.

2. Parque da Luz / Cemitério do Morro Rita Maria

O local onde está o Parque da Luz já foi conhecido como Morro do Barro Vermelho, Colina da Vista Alegre, Morro (ou Monte) de Rita Maria e Morro do Vieira. A primeira construção conhecida naquela área foi uma chácara, de propriedade de José Vieira de Castro; a chácara foi desapropriada e, em 1840, o terreno foi destinado à construção de um cemitério público municipal. Desde 1828, lei imperial havia estabelecido como atribuição das Câmaras Municipais deliberar sobre “o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos”, em acordo com “a principal autoridade eclesiástica do lugar”. Por razões de higiene, se passou a proibir que os fiéis fossem sepultados dentro de igrejas e capelas.

Inaugurado em 1841, o cemitério tinha uma parte reservada a católicos e outra a protestantes (sendo esta muitas vezes referida como “cemitério alemão”); uma parte dos jazigos era destinada a indigentes. Ao menos desde a década de 1880, os jornais registraram reclamações de moradores sobre o cemitério e demandas para removê-lo. No jornal *O Correio da Tarde*, de 12 de março de 1884, um cidadão denunciou o mau cheiro (que o vento espalhava) e relatou que um corpo jazia em uma cova rasa, o que indicava a má execução de serviços pelo coveiro. Além disso, o presidente da província, em 1887, também alertou sobre a contaminação do lençol freático.

Apesar da remoção do cemitério existir como ideia desde o final do século XIX, foi concretizada apenas na década de 1920, incitada também pela construção da Ponte Hercílio Luz, cuja cabeceira ficaria apoiada naquele morro. Outro elemento da discussão era a localização do cemitério, na entrada da cidade, o que causaria um impacto negativo em quem chegava na capital. A remoção do cemitério começou em 1923: os corpos eram exumados a partir de pedidos de familiares e então realocados para o novo cemitério, localizado no Itacorubi, que manteve uma área à parte para os protestantes. As exumações se estenderam por quase 10 anos; nos jornais da época, se encontram registros de chamadas para a exumação e prazos para a remoção dos corpos. Com a remoção do cemitério, a área onde atualmente se situa o Parque da Luz se tornou um descampado que, segundo jornais publicados entre as décadas de 1930 e 1980, propiciava pequenos crimes, como furtos e afins.

Ao longo do tempo, houve várias propostas de uso do espaço: em 1933, foi discutida a construção de um quartel federal (o que não se consolidou); em 1957, houve concurso para a concessão do terreno para a construção da Estação Rodoviária de Florianópolis (o que também não se efetivou: como alertou um arquiteto, o trânsito na área se tornaria difícil e com muitos engarrafamentos); em 1973, foi concedida a permissão para construção de uma torre de

transmissão da rádio Guarujá. Mas ao menos desde a década de 1970 circulava a ideia de criação de um parque, como atesta uma edição da coluna do jornalista Beto Stodieck no jornal *O Estado*, que ressaltava a necessidade de um espaço para as crianças da capital realizarem atividades de lazer; Stodieck sugeriu que esse espaço fosse a área do antigo cemitério, atualmente destinada ao Parque da Luz, cuja criação foi discutida no ponto inicial da caminhada.

3. Ponte Hercílio Luz (cabeceira insular), para avistamento do Forte de Santana

No século XVIII, com o crescimento da importância estratégica da Ilha de Santa Catarina para a dominação portuguesa de parcela do território americano, emergiu a necessidade de construção de um sistema de fortificações. Os projetos de construção dessas estruturas foram aprovados pelo Conselho Ultramarino em uma resolução de 1738. O Forte de Santa Ana (ou Sant'Ana, ou simplesmente Santana) foi construído durante a administração de Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Sousa, no período compreendido entre 1761 e 1765.

Tendo perdido sua função de defesa, essa fortificação, assim como outras, ganhou novos usos, e no século XIX foi usada, em epidemias, para isolamento de doentes. Isso ocorreu na epidemia de cólera, em 1855, e no surto de febre amarela, em 1881; nessas ocasiões, as instalações foram destinadas ao tratamento de pacientes carentes.

O forte foi protegido por tombamento federal em 1938. Em 1969, passou por processo de restauração realizado por técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, atualmente, é sede do Museu de Armas da Polícia Militar de Santa Catarina.

4. Ponte Hercílio Luz (cabeceira insular), para avistamento da chaminé do antigo incinerador de lixo

Até a construção da usina, o descarte do lixo, especialmente dos dejetos domésticos, era feito no mar. Entre os anos de 1910 e 1914, não muito distante do Forte Santana, foi construída uma usina de incineração de lixo, sob a responsabilidade da firma Brando e Cia.; a autoria do projeto era do italiano Alexandre Villa. A usina era composta por um galpão de dois pavimentos; no interior do galpão estava o forno, que se ligava à chaminé de tijolos aparentes, situada fora do prédio. Na usina, os dejetos enviados para queima eram inteiramente carbonizados no forno e a fumaça produzida era direcionada por duto subterrâneo até a chaminé. A fumaça produzida pela usina incomodava os moradores, tanto os que já habitavam nas redondezas quanto aqueles que foram ali se instalando. Da usina só restou a chaminé na encosta do Morro de Rita Maria ou do Barro Vermelho.

Em 1956, o lixo passou a ser levado para o bairro do Itacorubi, para um aterro sanitário ("lixão") a céu aberto; parte do lixo era jogado no mangue até 1989. A coleta de lixo começou a ser feita pela COMCAP em 1976. Em 1986, por meio de projetos comunitários de bairros da capital, surgiu a ideia de coleta seletiva, assim como questionamento quanto ao lixo jogado no mangue e a busca de melhores alternativas para o tratamento do lixo na capital. Em 1991, o "lixão" do Itacorubi foi desativado e o lixo produzido em Florianópolis passou a ser levado para Biguaçu, o que causou grande controvérsia, não apenas em decorrência do descarte do lixo da capital ser feito em outro município, mas também por questões ambientais. A coleta seletiva em Florianópolis só teve início em 1994.

5. Prédio do antigo Departamento de Saúde Pública e monumento a Oswaldo Cruz (Rua Felipe Schmidt com Avenida Rio Branco)

O Departamento de Saúde Pública foi criado em 14 de novembro de 1936, pela Lei estadual nº 138, durante o governo de Nereu Ramos e sob a orientação do Departamento Nacional de Saúde,

substituindo a Diretoria de Higiene. Com o Departamento de Saúde Pública se objetivava educar as classes populares para hábitos saudáveis, de modo a proteger e promover a saúde física e mental da população, e, conseqüentemente, a melhoria das condições de saúde das futuras gerações. Inaugurado em 9 de março de 1940, não se limitava ao tratamento de doenças consideradas perigosas, como lepra e tuberculose, mas também oferecia assistência materno-infantil, além de promover saneamento e educação sanitária. O prédio foi projetado pelo arquiteto Paulo Motta, vinculado à Diretoria de Obras Públicas, e atualmente encontra-se desativado e parcialmente descaracterizado (com tijolos preenchendo algumas de suas janelas).

Em frente ao prédio está o monumento a Oswaldo Cruz, composto por pedestal de granito e escultura representando o rosto e o torso do médico sanitarista. Foi inaugurado em 11 de março de 1940, sendo que a escultura representando o médico foi realizada pelo escultor Leão Veloso. Oswaldo Cruz (1872-1917) foi pioneiro no estudo das doenças tropicais e da microbiologia no Brasil.

6. Capela de São Sebastião e Casa de Saúde São Sebastião (Largo de São Sebastião)

A capela São Sebastião foi fundada em 1856. Sua construção estaria relacionada às epidemias que afetaram a cidade nesse período, resultando em um aumento significativo na taxa de mortalidade. Esse contexto propiciou um crescimento na devoção popular a São Sebastião, reconhecido como o padroeiro contra as enfermidades. A iniciativa para a construção da Igreja foi liderada pelo deputado José Maria da Luz, que, em colaboração com a Câmara Municipal, viabilizou a doação do terreno destinado à obra, a qual possui características de estilo colonial, sendo inaugurada em 1856. Para a conformação do terreno, o deputado contribuiu com uma parte de sua chácara, que foi integrada a lotes pertencentes a José da Silva Paranhos e João Moreira da Silva. A participação da comunidade no financiamento da construção e de seus aperfeiçoamentos posteriores resultou em uma edificação de estilo eclético, fortemente influenciado pelas correntes românica e gótica. Na reforma realizada no final da década de 1920, entre outras modificações foi realizada a decoração do altar-mor pelo pintor Eduardo Dias.

Já a instituição hospitalar que se encontra ao lado da capela foi criada como Casa de Saúde e Maternidade São Sebastião em 1942, por Djalma Moellman.

Desde 1995, a Capela de São Sebastião compõe, com o “castelinho” no mesmo local, uma Área de Preservação Cultural (APC), com nível de tombamento P1.

7. “Castelinho” do sistema de esgotos (Praça dos Namorados)

A primeira regulamentação do saneamento em Florianópolis foi estabelecida pelo código de posturas de 1845, que definia locais para descarte de resíduos, sugerindo o lançamento no mar como solução. A remoção de dejetos era realizada por escravos conhecidos como “tigres”, cuja condição refletia a realidade da sociedade escravocrata.

No início do século XX, a administração municipal começou a reconhecer os problemas ambientais causados pelo despejo de resíduos no mar. Em 1899, foi criado um serviço de coleta de lixo e esgoto três vezes por semana, embora os impostos para financiá-lo impusessem dificuldades aos habitantes pobres. Durante o governo de Gustavo Richard, foram instaladas em Florianópolis as primeiras redes de abastecimento de água e uma adutora (1909 e 1910). A construção da primeira rede de coleta de esgoto iniciou-se na década de 1910. O sistema, que utilizava tecnologia de lodos ativados por ar difuso³, incluía quatro estações elevatórias: uma nos arredores da Praça XV de

³ Processo de tratamento de efluentes em que a matéria orgânica do esgoto é decomposta por bactérias e se resume em flocos chamados lodos. O oxigênio necessário no processo é introduzido por difusores diretamente na parte líquida (Medeiros, 2016).

Novembro, uma na atual Praça dos Namorados, uma na Praça Celso Ramos e outra no bairro Agrônômica (a arquitetonicamente mais despojada). Essa última não existe mais.

Frente à expansão da cidade e os dispositivos do Plano Nacional de Saneamento, em 1971, foi criada a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento.

Dos três “castelinhos” ainda existentes, apenas dois são protegidos como patrimônio cultural: o que se situa no entorno da Praça XV de Novembro (com tombamento estadual em 1986) e o da Praça dos Namorados, que foi tombado em 1995, em nível municipal, compondo, com a Capela de São Sebastião, a Área de Preservação Cultural (APC) do Largo São Sebastião. O “castelinho” da Praça XV também foi protegido em nível municipal em 1986, juntamente com outras edificações na área central. Apesar de não estar protegido por tombamento, o “castelinho” localizado na Praça Celso Ramos está em bom estado de conservação e é mantido pela Associação de Amigos da Praça. Já o “castelinho” tombado em nível estadual, na área da Praça XV de Novembro, apresenta vários problemas de conservação.

8. Casa de Oswaldo Rodrigues Cabral (Rua Esteves Jr., 546)

Oswaldo Rodrigues Cabral (1903-1978), médico de formação, é amplamente reconhecido como uma das figuras proeminentes da historiografia catarinense. Sua produção intelectual, porém, abrange várias outras áreas, como medicina, folclore, arqueologia e antropologia. Nascido em Laguna, formou-se em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1929 e destacou-se na cidade de Florianópolis. Em 1936, Cabral assumiu a direção da Assistência Municipal de Saúde, cargo em que permaneceu por dez anos e que coincidiu com um período político conturbado, com a implementação do Estado Novo e o governo de Nereu Ramos.⁴ Como médico, Oswaldo Cabral era crítico de práticas de curandeirismo, que considerava não científicas (e que caracterizou como charlatanismo). Contudo, tolerava as benzeduras, desde que não fossem além de orações (sem uso de beberagens ou receitas de intenção curativa).

O projeto da casa, em estilo neocolonial, é atribuído ao engenheiro José da Costa Moellmann; a construção data de 1946. A casa apresenta vários elementos desse estilo, notadamente em Santa Catarina, tais como: piso elevado com pedras aparentes; acesso à casa por meio de varanda (no caso, varanda lateral); fachada principal com frontão; jardim frontal e quintal.

Na década de 1980, a casa foi objeto de dois procedimentos de proteção, em âmbito municipal: em 1986, foi incluída no conjunto tombado (em nível municipal) referente à Rua Esteves Junior; em 1989, foi tombada por decreto municipal específico (o decreto municipal n. 144). Atualmente, a casa conta com uma exposição sobre seus aspectos arquitetônicos, incluindo plantas baixas. Na área também funcionam escola de idiomas, cafeteria e restaurante.

⁴ A Assistência Municipal de Saúde foi inaugurada em 1936 pelo então prefeito, Olívio Januário de Amorim, e desempenhou papel importante no sistema de saúde municipal, ofertando atendimento a famílias, menores desabrigados e outros cidadãos em situação de vulnerabilidade econômica. Na sede eram prestados serviços como consultas médicas, enfermagem, pequenas intervenções cirúrgicas, colocação de aparelhos ortopédicos e distribuição de medicamentos; mas também havia visitas aos distritos do interior da Ilha de Santa Catarina, com consultas realizadas em residências (especialmente quando os doentes estavam acamados) e escolas municipais. Em 1945, o edifício foi transferido para o antigo Largo do Fagundes, que anteriormente servia como ponto de abastecimento de água para a população e local de lavagem de roupas. A nova instalação trouxe melhorias significativas tanto na infraestrutura quanto nos serviços disponibilizados. O edifício não existe mais.

Referências

AMORA, Ana M. G. Albano. Modernização em Florianópolis: a contribuição da saúde para a construção da cidade no governo de Nereu Ramos - 1934-1945. *In*: AMORA, Ana M. G. Albano (org.). **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 39-88.

AMORA, Ana Albano; SILVA, Diego Fagundes da; LAZZARIS, Milana Cristina; KOELZER, Mirelle Papaleo. Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. *In*: AMORA, Ana M. G. Albano (org.). **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. [CD encartado no livro]

ASSOCIAÇÃO de Amigos do Parque da Luz. **Memorial Movimento Parque da luz: como tudo começou**. Disponível em: <https://amigosdoparquedaluz.com.br/memorial/>. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições e o processo para a sua eleição, e dos Juízes de Paz. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negócios do Império, 1828. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm. Acesso em: 06 ago. 2024.

CASA de Saúde São Sebastião [Site eletrônico]. Disponível em: <https://www.cssaosebastiao.com.br>. Acesso em: 18 set. 2024.

CASTRO, Elisiana Trilha. **Aqui jaz um cemitério: a transferência do cemitério público de Florianópolis (1923-26)**. 2004. 78 f. TCC (Graduação em História) - Udesc, Florianópolis, 2004.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **História de Florianópolis - ilustrada**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis**. 2005. Dissertação (Mestrado em) - UFSC, Florianópolis, 2005.

GONÇALVES, Janice. A vida através das lentes da medicina científica: a atuação de Oswaldo Rodrigues Cabral em Santa Catarina. *In*: AMORA, Ana M. G. Albano (org.). **História da saúde em Santa Catarina: instituições e patrimônio arquitetônico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. p. 89-121.

GUIA Floripa [Site eletrônico]. Largo São Sebastião. Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/dicas/largo-são-sebastião>. Acesso em: 15 set. 2024.

LIMA, Débora da Rosa Rodrigues; MACHADO, Marcelo; SALLES, Sandro Makowiecky. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis: séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Ceart, 1994. [Relatório de pesquisa de iniciação científica]

LUNA, Gloria Alejandra Guarnizo. **O (não) lixo na era do consumo: museu, cidade, arte**. 2018. 282 f. Tese (Doutorado em História) - UFSC, Florianópolis, 2018.

MACHADO, Míriam Karla. **Morrer em Desterro: a criação do Cemitério Público em 1841**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - UFSC, Florianópolis, 2012.

MARTINS, Elaine (org.). **Parque da Luz: espaço em movimento**. Florianópolis: Insular, 2013.

MATTOS, João Baptista de. **Os monumentos nacionais – Sta. Catarina**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1948.

MEDEIROS, Elisa Pereira. **Esgotamento sanitário e sustentabilidade em meio urbano: a experiência do município de Florianópolis**. 2016. 83 f. TCC (Doutorado em Ciências Econômicas) - UFSC, Florianópolis, 2016.

MICHELS, Bruna. O patrimônio edificado em Florianópolis: o caso dos castelinhos. *In*: 5º. Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação, **Anais eletrônicos**. Belo Horizonte, 26 de outubro de 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/arqdoc/71293-o-patrimonio-edificado-em-florianopolis--o-caso-dos-castelinhos/>. Acesso em: 18 set. 2024.

OLIVEIRA, Maria Teresa de; LOPES, Wilson Roberto Cancian. **A questão dos resíduos sólidos urbanos e o sistema jurídico brasileiro: caso de Florianópolis**. 1997. 14 f. Artigo (Disciplina de Direito Ambiental, Curso de Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção e Sistema) - UFSC, Florianópolis, 1997. Disponível em: https://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/15_12_2010_11.53.53.ab184b9cd42e5db8c330364f1b697e7a.pdf. Acesso em: 13 jul. 2024.

PIMENTA, Anna F. P. de Souza; TEIXEIRA, Luiz Eduardo F.; PEREIRA, Vanessa Maria. A arquitetura Neocolonial em Santa Catarina: do erudito ao popular. *In*: UIA 2021 RIO: 27th World Congress of Architects. **Papers**. Rio de Janeiro, 2021. p. 958-964. Disponível em: <https://www.acsa-arch.org/proceedings/International%20Proceedings/ACSA.Intl.2021/ACSA.Intl.2021.168.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

SOUZA, Alcídio Mafra de. **Guia dos bens tombados: Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1992.

VEIGA, Eliane Veras da. **Florianópolis - memória urbana**. 2. ed. rev. ampl. Florianópolis: Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, 2008.